



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

EFEITOS SOCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE LAJEADO ESTUDOS DE CASOS NOS REASSENTAMENTOS DO CÓRREGO DO PRATA E PINHEIRÓPOLIS RURAL

Autores:

Ana Carolina Chaves Catolico - ENCE - anacatolico@gmail.com
Julia Celia Mercedes Strauch - ENCE - julia.strauch@ibge.gov.br
Fabio Giusti Azevedo de Britto - ENCE - fabiogeografia@gmail.com

Resumo:

No Brasil e no mundo, o setor elétrico configura uma área estratégica do ponto de vista político, econômico, financeiro e social. Na sociedade moderna, o acesso à energia elétrica tanto para funções residenciais, quanto para atividades produtivas industriais, é um elemento chave para a garantia de condições de bem-estar e crescimento econômico. A matriz elétrica brasileira pode ser caracterizada pela presença de um parque gerador, essencialmente, hidrotérmico, onde a produção hidrelétrica corresponde a cerca de 68% da oferta de energia elétrica, suportada pela implementação e expansão de grandes projetos de investimento hidrelétricos. Desde o início de sua inserção no território, estes projetos vêm proporcionando profundos impactos no meio físico-biótico e na dinâmica territorial e social pré-existentes local e regionalmente. Apesar de todo o recente avanço do arcabouço normativo e institucional ambiental, os aproveitamentos hidrelétricos continuam protagonizando diversos conflitos territoriais. Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo central compreender os desdobramentos sociais e territoriais provocados pela implementação da usina hidrelétrica de Lajeado, partindo de dois estudos de caso de reassentamentos: Córrego do Prata e Pinheirópolis Rural. Para tal, torna-se fundamental analisar o contexto político, econômico e regulatório ambiental vigentes no período de construção da usina, o projeto do empreendimento e os programas mitigatórios e compensatórios propostos pelo consórcio responsável. Em um segundo momento, a pesquisa buscou identificar os principais efeitos sociais advindos da implementação da UHE de Lajeado através de revisão bibliográfica, elaboração de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas na pesquisa de campo. Os resultados preliminares revelam as limitações dos mecanismos e instrumentos adotados para mitigação e compensação de impactos, frente às perdas materiais e simbólicas da população atingida.



EFEITOS SOCIAIS DA IMPLEMENTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE LAJEADO

REASSENTAMENTOS DO CÓRREGO DO PRATA E PINHEIRÓPOLIS RURAL

INTRODUÇÃO

Desde o início da exploração intensiva dos grandes rios brasileiros, o setor elétrico concentrou a gestão e ditou a direção da apropriação e funções dos recursos hídricos. Neste sentido, o modelo de inserção e planejamento dos projetos hidrelétricos exige especial atenção, pois além de garantir o atendimento da demanda de energia elétrica nacional, envolve transformações no território e nas relações sociais intrínsecas às formas de uso dos cursos de água.

Nos últimos anos, o modelo de planejamento empregado no Setor Elétrico Brasileiro (SEB) se baseou na expansão estratégica, principalmente, do ponto de vista político e econômico, de Grandes Projetos de Investimento (GPI), com destaque para a implementação de usinas hidrelétricas. Segundo Vainer e Araújo (1993, p.29), os GPI podem ser definidos como projetos que envolvem a movimentação de grande aporte de capital, recursos humanos e naturais, fluxo de energia e apropriação do território. Por exemplo, cita-se os grandes projetos de infraestrutura para produção petrolífera, mineral e energética.

No Brasil, a construção destes empreendimentos suscita uma série de controvérsias. Se por um lado, defende-se o caráter estruturante destes projetos, apresentados como instrumentos de desenvolvimento local devido à dinamização econômica proporcionada às infraestruturas regionais e até mesmo ao ganho de áreas ambientais protegidas, por outra ótica, estes constituem verdadeiros vetores de reordenamento territorial, desarticulando estruturas produtivas preexistentes e, via de regra, ignorando as complexidades sociais locais (VAINER e ARAÚJO, 1993).

Nas últimas décadas, ampliou-se o debate em torno desta temática, principalmente em decorrência do incremento de GPI na região amazônica, com destaque para as regiões da Bacia Hidrográfica do Amazonas e Tocantins-Araguaia. No que diz respeito a esta última bacia, desde o início da formação do SEB, o grande potencial hídrico do rio Tocantins impulsionou o desenvolvimento de estudos de inventário de aproveitamentos hidrelétricos. Atualmente, ao longo de seu curso d'água, encontram-se em operação importantes usinas hidrelétricas, como Tucuruí, Lajeado, Serra da Mesa e Estreito.

O rio Tocantins, um dos mais extensos do mundo, chega a drenar 8% do território nacional, apresentando múltiplas funcionalidades, tanto para fins de subsistência e de regulação ecossistêmica, como geopolíticos e econômicos. Suas águas constituem elementos centrais no processo histórico de construção social e cultural das relações ali existentes, como também na dinâmica de ocupação e uso do território em evidência. Tendo em vista os diferentes interesses de uso e apropriação deste recurso hídrico, percebe-se a inevitável emergência de conflitos na região.

Durante o processo de implementação das usinas hidrelétricas, inúmeros são os potenciais impactos a serem gerados, principalmente, quando em territórios complexos do ponto de vista social e ambiental como o da bacia em questão. Dentre esses danos, o deslocamento compulsório¹ das populações atingidas configura como um dos mais irreversíveis, profundos e germinadores de conflitos sociais.

O processo de remoção da população atingida e sua reorganização em reassentamentos envolve uma mudança social que interfere em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Além de alterações patrimoniais (novos proprietários), culturais, paisagísticas e morfológicas, instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, nas quais novos atores sociais emergem com diferentes interesses e questões.

Diante deste contexto, o presente artigo teve como objetivo central compreender os desdobramentos sociais e territoriais provocados pela implementação da usina hidrelétrica de Lajeado, partindo de dois estudos de caso de reassentamentos: Córrego do Prata e Pinheirópolis Rural. Para tal, em um primeiro momento, buscou-se analisar o contexto político, econômico e regulatório ambientais vigentes no período de construção da usina, o projeto do empreendimento e os programas mitigatórios e compensatórios propostos pelo consórcio responsável. Em seguida, a pesquisa debruçou-se, especificamente, sobre os impactos e conflitos sociais identificados nos estudos de caso levantados através de revisão bibliográfica, elaboração de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas na pesquisa de campo realizada no mês de setembro de 2018 nos municípios de Palmas, Miracema do Tocantins, Porto Nacional e nos reassentamentos do Córrego do Prata, Luizimangue e Pinheirópolis Rural. Neste trabalho optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, sendo assim, seus nomes foram substituídos por letras iniciais randômicas.

¹ Ao longo deste trabalho, foi feito o uso indiscriminado dos termos “deslocamento compulsório”, “reassentamento involuntário”, sem fazer distinção teórica dos mesmos. Limitou-se por focar no caráter involuntário e de constrangimento que cerceiam estes conceitos.



OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: IMPACTOS E CONFLITOS TERRITORIAIS

De acordo com Giusti (2014), o estudo de impactos provocados pela implementação de um empreendimento hidrelétrico envolve três categorias de aspectos para análise: temporal, tipologia e espacial. Os fatores temporais dizem respeito tanto à fase de desenvolvimento do projeto (planejamento, construção e operação) quanto à duração e frequência do evento. A tipologia, por sua vez, trata da natureza do impacto, que neste caso inclui o meio físico-biótico e social. Por fim, a dimensão espacial caracteriza o impacto quanto à sua localização geográfica e escala de magnitude (local, regional e global).

De forma geral, a implementação de um projeto hidrelétrico prevê como externalidades positivas a expansão das atividades econômicas, elevação da oferta de empregos e da renda, o aumento de acesso à energia elétrica e crescimento da renda do setor público. Estes são alguns dos fatores que, recorrentemente, não só amparam e fundamentam a motivação inicial dos governos na inserção destes empreendimentos, mas também emergem como motores de um possível desenvolvimento no âmbito local e regional.

Não obstante, os desdobramentos negativos envolvem a elevação do preço da terra e de imóveis, o comprometimento de determinados distritos e comunidades rurais, intenso fluxo migratório, conflitos de convivência entre população local e migrantes, interferência nas atividades de garimpo e pesca, desestruturação sociopolítica e deslocamento dos grupos sociais atingidos. Desta forma, como enfatiza Vainer (2008, p.42), a inserção destes empreendimentos no território provoca um conjunto de significativas mudanças no espaço e nas relações sociais em diferentes dimensões e magnitudes.

Ainda em relação aos potenciais impactos socioeconômicos de aproveitamentos hidrelétricos, Stolerma *et al.* (2014) aponta não só para a perda de terras das populações atingidas, mas para as perdas dos recursos necessários à reprodução de diferentes modos de vida e circuitos produtivos. De acordo com os pesquisadores, a implementação das usinas privilegia a apropriação e uso do território por atores sociais responsáveis pelas atividades econômicas em expansão - caso dos setores agropecuários e madeireiro - sobrepondo-se ao uso social das comunidades ribeirinhas fundamentado na tradição, nos saberes/fazeres históricos, na memória e nos símbolos, ou seja, no patrimônio de existência da sociedade local.

Esses desdobramentos territoriais começam previamente à fase de construção. As notícias divulgadas pela mídia ou mesmo os rumores emergentes acerca do início das obras das usinas hidrelétricas percorrem rapidamente as regiões de entorno. O apontamento dos primeiros sinais de construção já movimenta um considerável contingente populacional para o município receptor do projeto. São indivíduos em busca de postos de trabalho, melhores condições de vida e maiores oportunidades de crescimento social. Por outro lado, os moradores das regiões que serão atingidas pelas áreas de alagamento dos reservatórios

mergulham em uma constante angústia e ansiedade quanto à trajetória incerta de suas vidas. Serão remanejados, compensados ou esquecidos?

Durante o período de inserção da usina, grupos tradicionais são frequentemente reassentados em locais estranhos à sua natureza, sendo compelidos a transformar hábitos e comportamentos. Neste sentido, Cavalcante *et al.* (2008, p.6485) mencionam que os grupos atingidos vivenciam um processo, subsequente, de desterritorialização e (re)territorialização, “[...] onde novos usos são estabelecidos pelas relações sociais (comunidades locais) transformado pela territorialização do capital (usina)”. Já outros passam a conviver com uma problemática urbana anteriormente desconhecida, marcada pela violência, medo e precariedade.

Em 2006, a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” identificou, em seu Relatório Final, os principais fatores e problemas apontados na implementação de usinas hidrelétricas pelo grupo social atingido. Dentre estes destaca-se a falta de informação, definição restritiva e limitada do conceito de atingido, omissão das especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas, omissão diante das necessidades particulares de grupos sociais mais vulneráveis, lacunas e má-aplicação da legislação (CDDPH, 2006, p.13-15). Sendo assim, percebe-se que grande parte da população atingida é realocada em locais que não correspondem minimamente ao valor monetário, material, afetivo, cultural e simbólico de onde se encontravam anteriormente. Outros grupos nem chegam a apresentar seus direitos reconhecidos, permanecendo sem acesso a medidas compensatórias e mitigatórias legais.

A fase de construção é também a que envolve o maior fenômeno de migração populacional. O grande contingente populacional aumenta a pressão sobre a infraestrutura de serviços públicos dos municípios ao redor do empreendimento. Estes serviços incluem, de forma geral, as áreas de saúde, educação, transporte, esgotamento sanitário, abastecimento de água, acesso à energia elétrica, coleta e disposição de resíduos sólidos e segurança pública. Considerando-se que no caso da Região Amazônica e da Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia o equipamento de infraestrutura básica por si só já é frequentemente insuficiente para o atendimento da população local, o aporte de imigrantes torna-se um fator agravante.

A própria alteração da paisagem original emerge como relevante impacto, haja vista, a interferência nos patrimônios arqueológicos, históricos, culturais; perda do potencial turístico, supressão de cachoeiras e o desaparecimento de praias e balneários (CLARO *et al.*, 2016; TUCCI e MENDES, 2013). Com a tendência de aumento das taxas de crescimento populacional, principalmente, em zonas urbanas, a população local passa a conviver com elementos até então estranhos, como a presença de numerosos edifícios, surgimento de *shoppings centers* e tráfego de veículos.

Posto isto, cabe ressaltar que os impactos socioambientais não devem ser homogeneizados. Cada um deles envolve particularidades e distintos contextos sociais, econômicos e culturais, como afirma Vainer (2004), não há como agregar e compreender estes conflitos em uma “teoria geral dos impactos”. No caso da bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia, os impactos e conflitos em torno dos recursos hídricos não se caracterizam por uma

disputa de caráter quantitativo, mas envolvem seus usos e funções, evidenciando questões ambientais e sociais específicas.

MEDIDAS MITIGATÓRIAS E COMPENSATÓRIAS

Diante da gama de impactos ocasionados pela inserção de usinas hidrelétricas no território, seu planejamento inclui o desenvolvimento de diversos programas e medidas no sentido de reduzir a magnitude dos efeitos e compensar os danos sociais e ambientais causados. Os danos sociais e ambientais podem ser seccionados em mitigáveis e não mitigáveis. Os mitigáveis são aqueles que podem ser reparados através de ações e atividades que busquem amenizar ou controlar os impactos provocados, podendo ser de caráter preventivo ou corretivo. Por outro lado, os danos não-mitigáveis não apresentam reparação, envolvendo, assim, ações de compensação financeira para ressarcimento das perdas socioambientais decorridas de determinado evento.

De acordo com Claro *et al.* (2016), as ações envolvem desde melhorias nas condições de infraestrutura básica até a contratação de mão-de-obra local, devido ao esperado contingente de imigrantes e o fomento do dinamismo econômico na região. Estas medidas podem vir a ser realizadas de forma conjunta com as empresas empreendedoras do projeto e o governo. No entanto, em muitos casos, parte da infraestrutura criada é iniciada de forma tardia, atingindo sua conclusão em período posterior ao pico das obras e, portanto, após o momento de maior atração migratória. Além disso, a maioria destes imigrantes são do sexo masculino, de baixa instrução, precarizados e em busca de qualquer tipo de trabalho. Deste modo, estes indivíduos acabam por ocupar as periferias dos municípios e não, necessariamente, contribuindo com o prometido desenvolvimento local.

A perda de elementos naturais como as cachoeiras e praias, é remediada pelas empresas através da inserção de novos elementos culturais e turísticos na região, buscando a ressignificação com elementos artificiais. Cavalcante *et al.* (2008), citam no caso da Vila Nova de Teotônio a criação de trilhas ecológicas, píer turístico e praias artificiais.

Desde meados da década de 80, com o aumento das pressões ambientais a nível mundial e nacional, os empreendedores do setor intensificaram o desenvolvimento de ações e programas a fim de atenuar os danos ocasionados pela inserção de projetos hidrelétrico. Os avanços no arcabouço normativo e institucional ambiental, não foram suficientes para alterar o padrão dos impactos e conflitos socioambientais provocados. No entanto, após a privatização do setor, um “novo” ator passou a configurar na questão e nos conflitos socioambientais: as empresas privadas.

Segundo Correa (2015), a partir de então, a resolução dos conflitos passou a se dar diretamente entre as empresas privadas e a população impactada. Esta última, muitas vezes, em condições assimétricas de informação, conhecimento e cultura, permanece em posição

desfavorável frente aos grandes empreendedores e vulnerável a ações abusivas, repressivas e até mesmo criminalizantes. Nestes termos, Garzon (2015) afirma o poder de decisão dos empreendedores dos grandes projetos, ditando as políticas e ações que devem ser adotadas para a região e entorno do empreendimento.

É importante destacar o desacoplamento temporal entre ações de mitigação e compensação dos empreendedores e o real momento em que as intervenções antrópicas estão ocorrendo no espaço. Dentre estas, cita-se as ações de reassentamento nas quais o indivíduo só será remanejado em períodos cronologicamente distantes do acontecimento inicial. Este processo contribui diretamente com a fragilização da resistência e das mobilizações sociais. Ademais, ao longo deste intervalo de tempo, surge a possibilidade do desenrolar de novas relações, desarticulando a rede de luta e resistência anteriormente criada. De acordo com Werner (2011, p.65), o tratamento das questões socioambientais fica restrito aos cronogramas e calendários das obras, “[...] que não necessariamente correspondem ao tempo necessário para o processo de readequação das populações ao novo ambiente construído a partir do empreendimento”.

Outro ponto suscitado por Werner (2011), diz respeito às limitações impostas às questões socioambientais que, no caso, continuariam restritas por ações de mitigação e compensação econômica, enquanto o cerne do debate, ou seja, o caráter contraditório e excludente do projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro e seus mecanismos de controle, permanece impenetrável e irrefutável. São mantidas, assim, a viabilização e elaboração de projetos de grande impacto, onde os quesitos econômicos prevalecem sobre os ambientais, sociais e culturais.

A USINA HIDRELÉTRICA DE LAJEADO

A UHE de Luiz Eduardo Magalhães, comumente chamada de Lajeado, encontra-se localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, a 60 Km de distância de Palmas. A usina apresenta uma capacidade instalada de 950 MW e uma área de reservatório de 750 km² de extensão. As áreas inundadas pelo Lago de Lajeado incluem os municípios de Palmas, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Lajeado e Ipueiras, pertencentes à região do Grande Entorno de Palmas. O município de Tocantínia, apesar de não apresentar parte de suas terras inundadas pela construção do reservatório, foi incluída no contorno espacial da Área de Influência², devido aos impactos provocados pela pressão do aumento populacional nos serviços urbanos e nos territórios indígenas. Já a Área Diretamente

² A área de influência da usina de Lajeado corresponde ao recorte espacial formado pelos municípios que tiveram parcela de suas terras inundadas pela construção do reservatório. Foi considerada a totalidade dos municípios afetados (RIMA, 1996).

infraestrutura como a falta de saneamento, empregos e acesso à energia elétrica. Com a criação do estado do Tocantins no final da década de 80 e a posterior transferência da capital do estado para Palmas, a margem direita do rio passou a ser significativamente ocupada.

O processo de ocupação de Palmas foi marcado por grande especulação imobiliária e desigualdades socioespaciais. Os grupos sociais de baixa renda tiveram como destino as regiões periféricas da capital. Atualmente, a população que constitui a capital e os municípios de entorno é, em sua maioria, formada por imigrantes de diferentes regiões brasileiras. Dessa forma, a região se caracteriza pela grande diversidade cultural e forte desigualdade socioeconômica.

No que diz respeito ao setor elétrico, durante o final da década de 90, além de se encontrar em um amplo processo de privatização e reforma regulatória, o setor vivenciava um momento de significativa redução da disponibilidade hídrica, devido às baixas precipitações registradas no quadro hidrológico nacional. É sob esta conjuntura de crise hídrica, instabilidade e liberalização do setor que o governo brasileiro lançou o projeto hidrelétrico da usina de Lajeado.

Diante disso, a construção da usina foi divulgada como possível solução tanto para os problemas de abastecimento energético do estado do Tocantins, quanto para os riscos de racionamento ocasionados pela falta de investimentos e planejamento do setor. Esperava-se que o dinamismo econômico fomentado pela usina refletisse na geração massiva de empregos, melhoria da infraestrutura local, distribuição de riquezas, entre outros benefícios. Expectativa verificada na publicação do Jornal do Tocantins (1997, p.4): “Com Lajeado, portanto, Tocantins completa sua cadeia de projetos que vão proporcionar o desenvolvimento esperado por sua população e planejado, com antecedência, pelo Governo que o administra”. Em uma previsão inicial, informada pelo consórcio vencedor, estimava-se a oferta de cerca de 1.500 novos postos de trabalho diretos e 7.000 indiretos, além da construção de uma estrada ligando o acampamento à Miracema.

A licitação da usina ocorreu em 1997 e o consórcio vencedor intitulado como Investco foi formado pela Celtins, Empresa de Eletricidade Vale Panapanema S.A. (EEVP), Eletricidade de Portugal S.A. (EDP), Companhia Energética de Brasília (CEB) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). A organização do consórcio foi conduzida pela Celtins, principal interessada no processo licitatório.

Apesar de ser categorizada como uma obra de grande impacto ambiental e devendo, assim, ser licenciada por um órgão ambiental federal (Ibama), no projeto de Lajeado a competência do licenciamento coube ao órgão ambiental do Estado do Tocantins, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Ao Ibama restou a função em nível supletivo de fiscalizador (Ferreira, 2001). De acordo um funcionário do Ministério Público estadual de

Tocantins, M.³, o Ibama não apresentava na época corpo técnico suficiente para atender um processo licenciatório de um empreendimento deste porte. Neste caso, o órgão ambiental estadual apresentava mais estrutura técnica para realizar o licenciamento ambiental. Apesar de conduzido pela Naturatins, o Ibama acompanhou todas as etapas de desenvolvimento. Todavia, segundo levantamento bibliográfico de reportagens compiladas pela CPT do período anterior à construção da usina, fica claro o debate acerca da determinação do órgão oficialmente responsável pelo licenciamento ambiental da usina.

De posse do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) aprovados pela Naturatins, foi expedida a Licença Prévia (LP). Inicialmente, os estudos não incluíram as Terras Indígenas, sendo considerado por muitos pesquisadores e membros das organizações de resistência como muito frágeis. Na audiência pública realizada em setembro de 1997 com cerca de 250 participantes, o EIA/RIMA foram expostos por técnicos de forma rápida e técnica e de difícil compreensão e absorção pelos presentes, tendo em vista a assimetria de informações e conhecimento. Durante audiência, os técnicos da empresa garantiram que leito do rio não se modificaria e, portanto, não impactaria o plantio das comunidades.

Em 2001, o Ibama, a Investco e a Naturantins foram notificadas pela Justiça Federal face a condução das obras da usina de Lajeado. Os estudos sobre a fauna, flora e a questão indígena expressos no Plano Básico Ambiental foram considerados insuficientes à luz da 2ª Vara Federal de Palmas. Segundo o presidente da Investco (cargo ocupado naquele momento por João Carlos Rela), a empresa havia acordado tratar dos impactos diretos causados pelo empreendimento, enquanto para os impactos considerados indiretos o combinado restringia-se à realização de estudos.

De acordo com o RIMA (1996) desenvolvido pela Investco, as áreas inundadas pelo reservatório eram em grande parte constituídas pelos Baixos Terraços e Planície de Inundação do rio Tocantins. Segundo o RIMA (1996), estas áreas são formadas por solos de baixa fertilidade natural e com diversas restrições para agricultura mecanizada em grande escala, devido ao excesso de umidade dos solos, presença de áreas encharcadas, florestas de brejo e campos úmidos. Apesar da baixa fertilidade, estas áreas são frequentemente utilizadas pela população local para agricultura de subsistência e exploração de argila e areia, além de conter uma vegetação e fauna específicas de grande importância e referência para a economia e cultura local, caso dos buritizais, de algumas espécies de aves (socós, saracuras, Martins-pescadores e garças), fauna aquática (botos, tracajás, jacarés, ariranha) e terrestre (onças, veado-galheiro, jaguatirica).

³ Entrevista concedida por M à Ana Carolina Chaves, Palmas, (setembro, 2018).

O uso do solo na Área de Influência pode ser caracterizado pela intensa concentração de terras, onde 5,6% das grandes propriedades⁴ rurais correspondem a 33% da área de terras, enquanto os cerca de 25% de minifúndios equivalem a 3,3% do total⁵. Existem também as terras categorizadas como propriedades improdutivas que representam em todos os estratos de área o dobro das propriedades produtivas. A principal atividade exercida era a agropecuária, caracterizada pela pecuária de corte extensivo e agricultura (lavouras comerciais e subsistência) temporária e pouco significativa. A maioria das atividades era desenvolvida pelos próprios proprietários e familiares (65%) ou empregados (27%), dos quais 80% costumavam residir na propriedade (RIMA, 1996).

O RIMA (1996) estimava o deslocamento de 6.503 indivíduos - 997 famílias rurais, totalizando 4.130 indivíduos e 529 famílias urbanas com 2.373 pessoas. Em reportagem do Jornal de Tocantins datada de 1997, ano anterior ao início das obras, e divulgada pela CPT, o presidente da Investco relatou preocupação social da empresa mencionando que “[...] o principal objetivo é assentar novamente as famílias em locais com as mesmas características das áreas em que viviam”.

Haja vista os impactos previstos, o RIMA (1996) trazia como principais programas ambientais de mitigação e compensação o reassentamento da população rural e urbana, a adequação dos serviços públicos para atender o contingente de imigrantes nos municípios, a implantação de Unidades de Conservação e de Projetos de Pesquisa de Flora e Fauna, a Conservação da Fauna de Peixes e Pesquisas de Ictiofauna, o aprimoramento da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a recomposição de áreas de turismo e lazer.

No entanto, para Ferreira (2001) e os moradores dos reassentamentos, apesar da iniciativa privada ter cumprido os procedimentos legais exigidos por órgãos públicos ambientais específicos, permaneceram muitas incoerências nos processos de indenização e reassentamento da população atingida. A título de exemplo, cita-se a existência de inúmeras denúncias acerca das estruturas das casas construídas pela empresa Investco no reassentamento de Luzimangue, havendo inclusive o registro de um desabamento do centro comunitário dos reassentados. Os moradores apontam a baixa qualidade do material usado nas construções, como também a fragilidade e instabilidade das mesmas. De acordo com o Plano Básico Ambiental (PBA) e como afirmado pelo presidente da Investco, a população atingida deveria estar sendo reassentada em habitações de qualidade igual ou superior as que ocupavam anteriormente.

⁴ As grandes propriedades equivalem a estabelecimentos acima de 1.200 ha e os minifúndios a propriedades com até 80 ha.

⁵ Em Palmas, em particular, os minifúndios alcançam 56% das propriedades rurais, haja vista a presença do projeto da Itertins conhecido como Cinturão Verde (RIMA, 1996).



O quadro de insatisfação e não cumprimento das ações acordadas no PBA, levaram em 1999, as famílias atingidas a ocuparem o escritório da Investco reivindicando seus direitos. Até então, muitas famílias ainda não haviam sido realocadas e algumas famílias rurais foram remanejadas para áreas urbanas. Havia o cadastro de apenas 70% dos atingidos, sendo os demais 30% considerados inexistentes, devido à ausência de documentação legal de posse das terras. A partir deste período, observa-se a intensificação dos movimentos de luta e resistência através da participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e das entidades Comissão Pastoral da Terra, Centro de Direitos Humanos de Palmas e a Comissão Missionária Indigenista, que juntas buscavam discutir os impactos provocados pela usina.

De acordo com as propostas do consórcio, o tratamento da população atingida (não-proprietários e proprietários) poderia ser realizado, dependendo de cada um dos casos, através de indenização em dinheiro, reassentamento coletivo, carta de crédito, moradia e apoio social e permanência na propriedade ou com o proprietário. Os reassentamentos rurais, recorte de estudo desta pesquisa, tiveram como foco uma proposta de desenvolvimento da agricultura familiar, envolvendo as atividades de produção e comercialização, como forma de produção de renda (SILVA JUNIOR, 2005).

O plano de reassentamento foi conduzido por uma Comissão composta por membros do MAB, Ruraltins, Investco, equipe de apoio/Coopter e lideranças da comunidade. Em um primeiro momento o plano previa a realização de uma oficina de capacitação e sensibilização das comunidades atingidas. Em um segundo momento foram desenvolvidos diagnósticos externo e interno e, por fim, a elaboração do Programa de Desenvolvimento Integrado do Reassentamento.

Segundo o Plano de Desenvolvimento dos Projetos de Reassentamentos desenvolvido pela Investco (2004), o remanejamento e reorganização populacional em novas áreas com condições adversas foi realizado de forma a possibilitar a permanência da prática de agricultura familiar, percebida como uma forma de geração de renda para o novo modelo produtivo e social no qual as famílias foram inseridas. O plano trazia como norte as propostas de desenvolvimento sustentável, a organização da produção e o bem-estar da comunidade.

REASSENTAMENTO DO PRATA

Em 1999, o processo de reassentamento populacional do Córrego do Prata teve início em uma antiga fazenda de gado no município de Porto Nacional. As famílias residentes habitavam originalmente fazendas nas regiões dos municípios de Palmas e Porto Nacional e nas comunidades ribeirinhas de Córrego Comprido, Córrego Matança, Carreira Comprida, Gleba I e II, Vila da Balsa, Pinheirópolis, Canela, Jaú I e II e setor do aeroporto. Em 2004, o Plano de Reassentamento registrou a presença de 91 famílias residindo no Córrego do Prata

em uma área total de quase 2000 hectares, caracterizando-o como o reassentamento de maior extensão e com maior número de famílias.

Segundo A. (2018).⁶, atingida de Lajeado e reassentada em Córrego do Prata, durante a fase de planejamento e início da construção da usina, o consórcio não manifestou de forma clara a chegada do empreendimento e a necessidade de remoção das famílias. Segundo a moradora, em um primeiro momento o consórcio realizou uma visita a título de pesquisa, para em seguida notificar a remoção: “Aí depois da pesquisa, passa uma semana, duas semanas, já chama. [...] Ninguém imaginava isso. Você vê falar e pensa que nunca vai acontecer com a gente” (A., 2018).

As famílias residentes no Córrego do Prata são provenientes de diferentes comunidades ribeirinhas, sendo a maioria originária da Gleba II. Em geral, as terras possuem baixa fertilidade e necessitam de tecnologia e adubagem para o plantio. O tamanho dos lotes de terras se deu de acordo com as diferentes negociações e categorias de propriedade. Na estrutura fundiária das comunidades era possível identificar quatro diferentes categorias de propriedade: (i) proprietários: donos e residentes no lote; (ii) permutados: lotes que não recebem benefício do consórcio; (iii) compradores: aqueles que adquiriram os lotes de outros proprietários por meio da compra e venda; e (iv) caseiros: indivíduos que apesar de não serem proprietários, residem nos lotes. Cerca de 90% dos lotes fornecidos possuíam uma área equivalente a aproximadamente 4 hectares.

De acordo com os moradores do reassentamento, as condições atuais dos lotes de reassentamento do Prata não foram alcançadas de forma fácil, pelo contrário, exigiram muita mobilização, enfrentamento e luta por direitos. A moradora A. (2018) destaca este momento: “Foi uma negociação, teve muita luta, pessoal ficou acampado em frente a Investco. Enfrentaram policiamento. Isso aqui foi batalha, todos que estão aqui lutaram por seus direitos, lutaram com unhas e dentes, senão não conseguia”

Segundo os Planos de Reassentamentos (INVESTCO, 2004), as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos reassentados em suas áreas de origem caracterizavam-se pelas atividades de agricultura (arroz, milho, abóbora, hortaliça, manga, laranja, coco, limão pequi, seriguela, cajá, banana, entre outros), criação de pequenos animais (galinhas, suínos, caprinos e gado) e pesca. A produção era majoritariamente destinada para a subsistência e comercialização em feiras nos municípios mais próximos. Os indivíduos atuavam principalmente nas ocupações de lavrador, olericultor, caseiro, vaqueiro e formador de chácara.

A estrutura das casas construídas pelo empreendedor nos reassentamentos segue um mesmo padrão, levantadas com paredes de tijolo e telha e com garantia de acesso a redes de energia elétrica, água por meio de poços e tratamento de esgoto por fossas sépticas

⁶Entrevista concedida por A. à Ana Carolina Chaves, Porto Nacional (setembro, 2018).

e uso de banheiros. Foram implementados também um galpão comunitário para armazenamento da produção agrícola, uma escola, um armazém e posto de saúde. De acordo com o Plano do Reassentamento (INVESTCO, 2004), a escola atende somente até a 5ª série devido à falta de mão de obra capacitada e os atendimentos no posto de saúde são pouco satisfatórios, levando os indivíduos a se deslocarem para outras localidades.

De acordo com as informações coletadas pelo Plano de Reassentamento (INVESTCO, 2004), as principais reclamações quanto à infraestrutura giravam em torno da ausência de espaços para prática religiosa e de lazer, falta de telefones e transportes públicos, tamanho reduzido das casas. Durante visita ao reassentamento em setembro de 2018, as mesmas insatisfações foram verificadas.

Atualmente, o sistema produtivo do reassentamento gira em torno das atividades de subsistência. A renda extra, quando necessária, é obtida através da comercialização dos itens produzidos (arroz, farinha de mandioca e artesanato) ou prestação de serviço. Um contingente reduzido de indivíduos realiza a comercialização e a produção do artesanato ainda é pouco expressiva.

No Plano de Desenvolvimento (INVESTCO, 2004), relata-se que cerca de 44% da população reassentada em 1999/2000 apresentava renda média de aproximadamente R\$ 270,00. Em 2001/2002, a porcentagem verificada era de 33% e renda média de R\$ 321,00. Apenas 31,2% das pessoas apresentavam empregos externos às atividades desenvolvidas nas propriedades, em geral nas ocupações de servente de pedreiro e tratorista.

O cultivo nas áreas do reassentamento exige o uso de práticas agronômicas de médio a alto nível técnico-cultural e grande quantidade de insumos químicos, devido à baixa fertilidade natural do solo. Em 2004, o Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento Córrego Prata (INVESTCO, 2004) verificou que a maioria dos reassentados não se encontrava satisfeita com a qualidade e tamanho dos terrenos, em teoria, inviáveis para a diversificação da produção e criação de animais, atividades anteriormente desenvolvidas nas propriedades.

Em um primeiro momento, a Investco subsidiou o fornecimento da tecnologia necessária para a organização da produção, incluindo sementes (certificadas e híbridas), tratores e insumos químicos. O aumento vertiginoso da ocorrência de pragas e infestações de ervas daninhas agravou mais ainda o quadro. Em 2001, teve início o Projeto de Irrigação Fruticultura São João, implementado pelo Governo federal e estadual do Tocantins, aproveitando o lago de Lajeado para a irrigação. Este projeto contemplou o reassentamento do Prata, contribuindo para a melhoria das condições de plantio. Atualmente, o prazo de assistência da empresa encerrou, ficando a cargo do município sua continuidade.

Em seu relatório, o Plano de Reassentamento do Prata (INVESTCO, 2004, p.57 e 58) apontava como grande desafio “[...] o fortalecimento da organização das famílias reassentadas, para que após a finalização dos subsídios do empreendedor, as mesmas assumam o controle e do seu processo de desenvolvimento com autonomia e qualidade”.

Em 2018, este receio parece ter sido concretizado, haja vista a acentuada dificuldade de organização dos reassentados. Neste âmbito, a moradora A. (2018) ratifica a falta de união como uma das características da realidade atual do reassentamento. Segundo ela, inicialmente havia mais mobilização, com facilidade reunia-se os atingidos para lutar e reivindicar seus direitos. Atualmente, isso não ocorre, ela acredita que por receio de perder os direitos já adquiridos.

Para muitos moradores, em meio ao caráter irreversível do desmantelamento de suas relações sociais, resta apenas o complexo processo de adaptação e aceitação da nova realidade imposta. Como lamenta A. (2018) “Porque a história que foi deixada para trás, isso não recupera. Pode criar outros patrimônios, mas a história não, a história ficou”.

REASSENTAMENTO DE PINHEIRÓPOLIS RURAL

O reassentamento de Pinheirópolis Rural está localizado no município de Porto Nacional. No total são 10 famílias vivendo no reassentamento rural em lotes que variam de 4 a 8 hectares. De forma similar ao documentado no Córrego do Prata, o morador do reassentamento de Pinheirópolis, P.⁷ (2018) relatou a necessidade de luta e mobilização para conseguir o aumento das unidades de um para cinco alqueires: “Nós aprendemos a lutar pelo nosso direito. Já que tiraram tudo que nós tínhamos, nós construímos o nosso direito. Foi aí que o movimento falou mais alto. Lutar pelo direito, por uma árvore, por uma água digna, por um preço mais adequado”.

Segundo este morador houveram muitos casos de atravessadores no ano anterior à construção do empreendimento. Os atravessadores adquiriram os terrenos a preços irrisórios, vendidos por moradores desinformados do destino próximo da região. Até então, a comunicação com a população era feita pela Investco e pela liderança comunitária escolhida. Em muitos casos, a liderança local não representa a vontade da comunidade. “Essa que foi a maior dor. Nós escolhemos. A comunidade escolheu uma coisa, mas a liderança outra. A comunidade acompanhava o MAB, e a liderança a Investco. E quem respondia era a liderança” (P., 2018).

A chegada do MAB na região possibilitou a informação e organização dos atingidos em torno da luta e resistência. P. (2018) destaca a importância da atuação do movimento, na função de informar e esclarecer os cidadãos acerca dos efeitos sociais provocados pela usina e da proteção dos direitos a serem recorridos e defendidos. A informação se faz essencial, principalmente, no momento da negociação. No relato de P. (2018) ficam claras as vantagens conseguidas por quem tinha conhecimento dos fatos previamente. Além do

⁷ Entrevista concedida por P. a Ana Carolina Chaves, Porto Nacional, (setembro, 2018).

conhecimento, surgem as vantagens adquiridas através da troca de favores entre os indivíduos dos grupos.

“Teve gente da comunidade que saiu muito bem remunerado para direcionar a pessoa a negociar o seu bem [...]. Aqueles que já tinham terra, tinham condição e formação, recebeu uma boa remuneração. Aqueles que não tinham informação, nem procuravam ser informados, recebeu o que a empresa quis dar” (P., 2018).

De acordo com os moradores do reassentamento, as antigas terras onde residiam apresentavam boa fertilidade e a proximidade do rio propiciava a atividade de pesca para subsistência, fato verificado no relato de P. (2018) sobre relação de identidade com o rio: “já nasci lá na beira do córrego pescando. Nós tínhamos, córrego, tinha rio, lagoa. Hoje só tem o lago mesmo, essa é a diferença”. Atualmente, o morador, assim como muitos outros do reassentamento, procuram outra forma de renda, pois de acordo com estes, o esperado desenvolvimento não aconteceu.

“Eles prometeram uma geração de renda pra nós, ‘vocês vão ter fábrica de farinha, algo pra produzir’. Não saiu nada. Teve muita promessa boa para o povo. Promessa de estruturamento, de programas sociais para crianças, adolescente, idosos. E tudo isso foi que fez a gente não bater o pé na parede e ficar lá. [...] Eu só pagava energia, mas eu pagava com as coisas que tinha no quintal. Essa foi a questão nossa aqui, essa mudança de casa, de estrutura, de perfil. Lá era um lugarzinho muito mais rico que esse, não era por causa da casa simples, mas a felicidade estava numa qualidade, tinha tudo que você precisava.” (P., 2018)

Em 2004, o Plano de Reassentamento identificou como principais dificuldades encontradas pelos moradores do reassentamento, a presença de violência, acesso restrito à água, iluminação precária nos postes e ausência de telefones públicos. Atualmente, P. (2018) relata a permanência de alguns desses pontos com destaque para o alto preço da conta de luz e a falta de água, além da acrescentar a necessidade de um planejamento que leve em consideração o crescimento do reassentamento. Segundo o morador, as melhorias de infraestrutura e as ofertas de emprego são direcionadas para o centro do município de Porto Nacional, ficando o reassentamento excluído deste processo de desenvolvimento local.

O setor de lazer também é identificado como outro ponto de insatisfação. Para P. (2018), a presença de lazer é fundamental, pois proporciona outras condições de vida aos jovens. “Nós não temos lazer. Criança aqui, idoso não tem lazer. Lazer abrange todas as categorias (infantil, adolescentes, jovens, idoso). Agora dá uma olhada nessa praça aí. Estamos na beira (da estrada), em um cerradão. Sem estrutura e sem geração de renda. Faz o que então?” (P., 2018).

DISCUSSÃO

Em um primeiro momento, a partir dos relatos capturados nas entrevistas realizadas e nas informações coletadas na bibliografia sobre o tema, percebe-se a importância de organização e mobilização coletiva da população atingida para a defesa de seus direitos e cumprimento dos acordos. Na negociação feita em grupo, segundo Z. (2018) do Ministério Público e N.⁸ (2018) funcionária da Investco, existe maior facilidade em conseguir as reivindicações propostas.

Z. (2018) destaca que no processo de Lajeado adotou-se a estratégia de esgotamento das negociações, sem necessariamente envolver o Poder Judiciário. Ele relata que a luta principal era pela terra e não pela compensação em dinheiro ou carta de crédito. De acordo com membros do MAB, nos reassentamentos onde ocorreram luta e resistência são observadas condições de infraestrutura e qualidade de vida melhores. Nos que não houveram, os reassentados acabaram sendo dispostos em solos de baixa fertilidade e com maiores restrições de acesso à água.

Durante a pesquisa de campo, também foi observada uma falta de clareza em relação às responsabilidades e competências das instituições envolvidas no processo de reassentamento por parte da população atingida. Este fator dificulta a comunicação e a reivindicação de direitos. Atualmente, o prazo de assistência concedido pela Investco nos programas de mitigação expirou, sendo assim, a responsabilidade da manutenção, garantia de fornecimento dos serviços e os passivos estão a cargo do município e do estado do Tocantins, os quais, na maioria das situações, não conseguem gerenciá-los de forma eficiente.

No que diz respeito aos sistemas produtivos, ao longo dos relatos observa-se as dificuldades encontradas no plantio, já que a baixa fertilidade do solo impossibilita a diversificação de espécies. De acordo com a população reassentada, o processo de chegada no reassentamento é um dos mais difíceis e dolorosos, pois os terrenos são entregues sem qualquer tipo de espécie de fauna e flora para as atividades de subsistência ou comercialização. Desta forma, os indivíduos passam a vivenciar uma realidade completamente diferente, deixando para trás seus antigos solos férteis, com abundantes árvores frutíferas, sendo realocados no avermelhado solo seco da região. Apesar da Investco ter fornecido algumas sementes de frutas, reassentados como P. (2018) enfatizam a baixa qualidade e o fato de não serem as mesmas espécies encontradas em seus antigos terrenos. A. (2018), do reassentamento do Córrego do Prata, comenta sobre este fato:

“Às vezes as pessoas, os atingidos por barragens, eles adoecem. Você nasce naquele lugar, vê seus filhos tudinho naquele lugar, de repente, você está

⁸ Entrevista concedida por S. a Ana Carolina Chaves, Lajeado (setembro, 2018).

com sua vida toda estruturada, você é obrigada a deixar tudo para trás e começar do zero, porque quando surge um assentamento não tem um pé de árvore, nada nada, única coisa que tem é uma casa, água e energia. Mas não tem um pé de sombra, não tem nada. Pra quem tá com sua vida, com seus filhos, tem suas fruteiras, suas coisas tudo organizada. Porque quem planta vê nascer, vê brotar, vê desabrochar, vê seus frutos e depois ver se acabar assim de uma hora para a outra.” (A., 2018)

Diante deste contexto, evidencia-se as mudanças sociais irreparáveis e profundas provocadas pela inserção dos empreendimentos hidrelétricos. Apesar dos esforços, os cálculos das indenizações não consideram as perdas intangíveis destas populações. Os consórcios tentam de maneira tecnicista transformar as riquezas dessas pessoas em fórmulas algébricas que traduzam a construção de toda uma vida. Por outro lado, R.⁹, integrante da coordenação do MAB Tocantins e especializada no estudo da saúde dos atingidos, em especial na dimensão psicológica, também relata sobre este acontecimento.

“Um dos fatores da doença é você retirar, por exemplo, alguém que chegou seus 50, 60 anos e sempre teve uma relação com o rio, de banhar, de pescar, de lavar sua roupa, ter sua água que não precisa ser medida, que não tem que chegar no fim do mês pagar sua conta. Aí você tira essa pessoa e coloca no espaço, aonde tem que levar água no caminhão pipa e contado, você só pode gastar tantos litros de água. Isso acaba sendo uma relação de adoecimento, de sofrimento. [...] você acaba entrando em um limite que a água deixa de ser para você coisa de vida, saudável, para se tornar um fator de morte. Tem muito relato falando: ‘Tirar o rio de nós é como se nos matasse um pouco, vocês não entendem, ser morto com tiro, facada é rápido, ser morto cada dia um pouquinho é difícil’. Você sabe que chega nesse final um dia, mas você demora muito mais, porque o sofrimento é muito maior. A água se tornou uma dor, um sofrimento, não pelo fato da água em si, mas essa transformação faz isso.”

Compreende-se, assim que não só o deslocamento é involuntário, mas também a nova forma de vida possível. Compilados a se inserirem no sistema produtivo capitalista através da agricultura familiar, a população atingida não apresenta outra opção, senão a de gerar novos mecanismos e estratégias para desenvolverem fontes de renda.

Torna-se importante destacar que os grupos sociais deslocados partem de uma vida baseada em atividades de subsistência, onde a relação social de pertencimento à natureza e sociedade tem como foco a retirada do volume necessário para a sobrevivência. A formação de grandes estoques e a comercialização não são práticas comuns entre estas comunidades. Neste contexto, percebe-se que a construção histórica social destes grupos não envolveu o

⁹ Entrevista concedida por R. à Ana Carolina Chaves, Taquaralto (setembro, 2018).

desenvolvimento de um perfil identitário dotado de características necessárias para a sobrevivência em um ambiente de mercado competitivo e predatório. Na identidade de grande parte destas pessoas está ausente elementos e características básicas para a entrada em um mercado capitalista, haja vista sua distinta referência de vida e existência.

“Outro aspecto que foi um grande aprendizado é que muitas pessoas reassentadas não eram proprietários rurais, a grande maioria eram funcionários, caseiros, e nisso, eles não tinham experiência de gestão, nem de serem proprietários do local. Então quando eles têm uma propriedade para fazer gestão, não sabem o que fazer, embora tenham sido feitos vários cursos para ter essa capacitação. Na prática só teve sucesso quem já tinha alguma experiência agrícola anterior.[...] A minha análise é que nem todos conseguiram porque a quantidade do solo para fazer gestão aqui, você precise de uma área muito maior de terra e insumos que eles não tinham condição de ter, e mesmo que financiasse, o retorno disso muitas vezes era incompatível pra pagar esse financiamento, porque a área não era propícia para uma produção que permitisse a sobrevivência e dar conta de fazer esses pagamentos. Em resumo, muitas pessoas acabaram vendendo porque não tinham vocação ou porque a própria área não permitia, eram pequenas e tal. Quem tinha uma experiência anterior é quem conseguiu. [...] não adianta você ser proprietário, você tem que ter conhecimento e até uma certa vocação pra fazer empreender ruralmente.” (M., 2018).

Desta forma, a promoção de cursos e oficinas de aprendizagens mostra-se insuficiente como forma de garantia de geração de renda. Tanto no reassentamento do Córrego do Prata, quanto no de Pinheirópolis Rural, os cursos não serviram como base de desenvolvimento para atividades de comercialização local. Já em reassentamentos como o de Mariana, onde os indivíduos já apresentavam um perfil empreendedor, o desenvolvimento do reassentamento se deu de forma diferenciada. Os reassentados conseguiram se organizar e obter mais direitos. Percebe-se, assim, que um novo nível de segregação ocorre, onde os indivíduos com aptidão e formação para o empreendedorismo se destacam e os que não a possuem permanecem excluídos do sistema produtivo. Além dos fatores já mencionados, o baixo nível educacional destes grupos sociais se torna um agravante para a entrada no mercado de trabalho.

Em suas áreas de origem, as populações atingidas conseguiam existir independente do sistema produtivo vigente, ganhando uma atribuição específica em reconhecimento de sua forma de vida diferenciada, os chamados ribeirinhos ou grupos tradicionais. Atualmente, eles abandonam essa identidade social ao caminho do reassentamento, sem garantias de direitos, sem reconhecimento, obrigados a fazer parte de um sistema que os compele a exclusão.

Ademais, em ambos os reassentamentos - Córrego do Prata e Pinheirópolis Rural - os atingidos apresentam diferentes locais de origem de remoção. Este fato, dificulta a organização destes indivíduos e a mobilização para uma atuação em conjunto, como

também um possível desenvolvimento de um coletivo, pois as relações de vizinhanças antigas foram desfeitas e perdidas, e mesmo a construção de novos laços requer um tempo de convívio, aproximação e confiança.

Frente a este contexto, é apenas no caminho da luta e resistência que se fazem reconhecer a identidade dos atingidos. Neste âmbito, a pesquisadora R. (2018) do MAB Tocantins destaca que diante das minorias, os reassentados não possuem um espaço nas políticas públicas. A coordenadora enfatiza a necessidade de uma política para os reassentados, estabelecendo um modelo e padrão para os reassentamentos.

CONCLUSÃO

De forma geral, observou-se que os projetos do setor elétrico procuraram sempre atender a condicionantes externos aos das regiões em que eram inseridos, seja ao atendimento da demanda das grandes regiões brasileiras consumidoras de energia, seja às exigências do mercado competitivo que seleciona as localidades mais favoráveis à reprodução do capital.

Tanto no reassentamento do Córrego do Prata, quanto em Pinheirópolis Rural, o desenvolvimento fomentado nas regiões atingidas concentrou-se no âmbito econômico, de maneira a favorecer grupos sociais restritos. Desta forma, apesar do notório avanço regulatório, normativo e institucional do próprio setor elétrico, como também das dimensões ambiental e econômico-financeira, os mecanismos existentes ainda se mostram insuficientes, haja vista a manutenção e a continuidade da viabilização e elaboração de projetos de grande impacto, onde os quesitos econômicos mantêm prevalência sobre os socioambientais.

Nos estudos de caso levantados, percebeu-se que o deslocamento da população atingida para os lotes de reassentamento provocou uma profunda transformação nas relações sociais dos indivíduos. Verifica-se uma repetição no tipo de impacto gerado, como também nas práticas das empresas para resolução de conflitos e nos desafios a serem superados. Neste caso, a involuntariedade das medidas não se limita ao deslocamento e remoção, mas também à forma de vida a se seguir.

REFERÊNCIAS

A. Entrevista I. Entrevistadora: Ana Carolina Chaves. Arquivo mp3. Porto Nacional, setembro, 2018.

CAVALCANTE, M. M. A.; NUNES, D. D. *Transformações Territoriais no Alto do Rio Madeira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Rondônia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Velho, 2008.

CLARO, V. M.; CASTRO, J. N.; GOITIA, P. Impactos socioambientais da hidroeletricidade e o planejamento energético no Brasil. *X CBPE*, 2016.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra. Acessado em fevereiro de 2018.

CDDPH -Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, Resoluções nº s 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Relatório Síntese. 2006

CORREA, M. S. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. *Revista Direito & Praxis*, v.6, n.2, 2015, p.113-140.

FERREIRA, A. *Licenciamento Ambiental da Hidrelétrica do Lajeado: um estudo sob a ótica da sociologia do direito*. Tese da Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Minas Gerais, 2001.

GARZON, L. F. N. BNDES: *Processos decisórios e articulação Estado-Capital de 2003 a 2013*. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

GIUSTI, F. A. B. *Análise crítica do licenciamento ambiental de UHES na Amazônia brasileira*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, maio, 2014.

JORNAL DO TOCANTINS. Posse em assentamento gera conflitos. 22 de novembro e 1997.

INVESTCO. Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento Pinheirópolis Rural. 2004.

INVESTCO. Plano de Desenvolvimento do Projeto de Reassentamento Córrego Prata. 2004.

M. Entrevista II. Entrevistadora: Ana Carolina Chaves. Arquivo mp3. Palmas, setembro, 2018.

P. Entrevista III. Entrevistadora: Ana Carolina Chaves. Arquivo mp3. Porto Nacional, setembro, 2018.

R. Entrevista IV. Entrevistadora: Ana Carolina Chaves. Arquivo mp3. Palmas, setembro, 2018.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental – Usina Hidrelétrica Lajeado. Companhia de Energia Elétrica do Tocantins. Themag, 1996.

S. Entrevista V. Entrevistadora: Ana Carolina Chaves. Arquivo mp3. Palmas, setembro, 2018.

SILVA JUNIOR, J. M. *Reassentamentos rurais da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Tocantins: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental*. Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente. Dissertação de Mestrado. Palmas, 2005.

STOLERMAN, P.; SANTOS, S. C.; SILVA, A. A.; FLORIANI, N. A implantação da Usina Hidrelétrica de Jirau no rio Madeira e os processos de desterritorialização em Rondônia. *Terra Plural*. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 371-387, julho/dezembro, 2014.

TUCCI, C. E. M., MENDES, C. A. *Avaliação ambiental integrada de bacia hidrográfica*. Brasília: MMA, 2006.

VAINER, C. B. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. *Revista Justiça Ambiental e Cidadania*, 2004.

_____. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes. *Vidas Alagadas*, 2008, p.39-63.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. *Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional*. CEDI, Rio de Janeiro, 1993.

WERNER, D. *Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade de Campinas. 2011.